

Resumo: O artigo é constituído por um histórico-descritivo que parte da seguinte indagação: como se relacionam as políticas de informação com a expansão dos Repositórios Institucionais nas universidades federais brasileiras? E tem os seguintes objetivos: identificar as políticas de informação do governo federal brasileiro para repositórios; verificar quais universidades federais possuem Repositórios Institucionais e apresentar um breve histórico da expansão dos repositórios nas universidades federais brasileiras. Quanto aos resultados, indicam que as políticas de informação brasileira são positivas, pois contribuem para a expansão dos Repositórios Institucionais nas universidades federais; no entanto, os Repositórios Institucionais não estão implementados em todas as universidades. Apontam para a importância da continuidade da expansão dos Repositórios Institucionais nas universidades federais, que devem aderir às políticas de informação do país, e, dessa forma, contribuem com a divulgação de informação científica nacional.

Palavras-chave: Política pública de informação; Repositórios institucionais brasileiros; Universidades Federais brasileiras.

Abstract: The article is constituted by a historical-descriptive that starts from the following question: how do information policies relate to the expansion of Institutional Repositories in Brazilian federal universities? And has the following objectives: to identify the information policies of the Brazilian federal government for repositories; to verify which federal universities have Institutional Repositories and to present a brief history of the repositories expansion in Brazilian federal universities. Regarding the results, they indicate that Brazilian information policies are positive, since they contribute to the expansion of Institutional Repositories in federal universities; however, Institutional Repositories are not implemented in all universities. They point to the importance of the continuity of the expansion of Institutional Repositories in federal universities that must adhere to the information policies of the country, and in this way contribute to the dissemination of national scientific information.

Keywords: Public information policy; Brazilian institutional repositories; Brazilian Federal universities.

1. Introdução

Por meio das políticas públicas culturais, sócias e educacionais, entre outras, é possível minimizar as desigualdades de um país, que, segundo Chauí (2000:478), foram inventadas “[...] como modo pelo qual a sociedade, internamente dividida, discute, delibera e decide em comum”. O conceito ainda é nebuloso pois estudiosos do assunto partem de diferentes premissas que resultam em definições variadas. Secchi (2014:2) afirma que “qualquer definição de política pública é arbitrária”, pois não há consenso entre os especialistas no tema quanto ao seu conceito. Destacamos as definições de Lynn (1980), que argumenta ser um conjunto de ações do governo destinadas a produzir efeitos específicos. Peters (1986) relata que política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) define política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Laswell (1936) coloca que decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

A política pública possui três conceitos-chave: *polity* diz respeito às instituições políticas; *politics* se relaciona aos processos políticos; *policy ou public policy* se refere aos conteúdos da política. Na ciência política essas três categorias são importantes na análise de políticas públicas (*policy analysis*), pois é um conjunto de procedimentos sistemáticos ou métodos de análise de políticas que podem ser usados para atacar problemas políticos contemporâneos (PATTON e SAWICKI, 1986).

Segundo Lowi *apud* Secchi (2014), as políticas públicas podem ser classificadas em: a) “políticas regulatórias”, que tratam das regras, estabelecem leis e códigos; b) “políticas distributivas”, que são decisões tomadas pelo governo, beneficiando alguns grupos, gerando impactos mais individuais que coletivos; c) “políticas redistributivas”, que atingem maior número de pessoas e implicam custos para certos grupos sociais; d) “políticas constitutivas”, que tratam dos procedimentos. As políticas públicas, geralmente, incluem mais de um tipo de política.

Este estudo, contempla o modelo de “políticas constitutivas”, pois trataremos da política de informação entendida como processos e procedimentos que estabelecem os parâmetros por meio dos quais a informação é criada, tratada, recuperada e usada por seres humanos: “são mecanismos sociais usados para controle da informação e os efeitos sociais da aplicação desses mecanismos” (BURGER, 1993 *apud* MARQUES e PINHEIRO, 2008:2), com recorte para os Repositórios Institucionais (RI) que pode ser considerado um tipo de biblioteca digital (LEITE *et al.*, 2012) em universidades federais públicas. A política de informação de um país possui estreita relação com as universidades, pois ambas têm relação com a produção, o tratamento e a disseminação de bens e serviços de informação, sendo que uma é encarregada de estabelecer ações de governos e outra com a responsabilidade pelo processo de criação e disseminação, tanto de novos conhecimentos quanto de novas tecnologias. Conforme (ANGLADA, 2014, *tradução nossa*), “as instituições que patrocinam a pesquisa podem e devem concordar em facilitar o acesso aberto às informações e dados”.

Os Repositórios Institucionais (RI), que são ferramentas capazes de armazenar e disseminar o conhecimento registrado de forma permanente, devem, pelas suas características, estar inseridos nas políticas públicas de informação. Surgem do movimento de acesso livre que permite ao usuário a leitura, o download, a cópia, a distribuição ou o uso para propósito legal sem custo. Segundo Baptista *et al.* (2007:2), permitem “[...] maior visibilidade nas pesquisas e sua utilização pelo maior número possível de interessados, o que promove, em última instância, o desenvolvimento da ciência”.

Este estudo visa identificar as políticas públicas de informação brasileira e que influências podem ter ocorrido para a expansão dos Repositórios Institucionais das universidades federais brasileiras, a partir da seguinte indagação: como se relacionam as políticas de informação nesta expansão dos Repositórios Institucionais?

Deste modo, pretende-se elaborar um histórico descritivo sobre políticas de informação e expansão dos Repositórios Institucionais nas universidades federais brasileiras, de forma a: identificar as políticas de informação do governo federal para repositórios; verificar quais universidades federais brasileiras possuem Repositórios Institucionais; apresentar um histórico de expansão dos repositórios nas universidades federais brasileiras.

Apresentar as políticas de informação do Brasil e relacioná-las com a constituição de RIs é algo relevante para saber se o país está alinhado às prerrogativas do movimento de acesso livre que preconiza o acesso sem custos à informação científica no mundo inteiro, pois tem-se em vista que a pesquisa científica, quando desenvolvida em universidade pública, é financiada com recursos públicos.

2. Políticas públicas de informação

O entendimento das políticas públicas de informação perpassa por um histórico evolutivo. Começamos pela definição apresentada por Anglada (2014:1), ao dizer que política pública de informação é “[...] uma ação bem sucedida de vários agentes com o objeto informação e com determinadas metas definidas”. Sebastián, Rodríguez e Mateos (2000, *tradução nossa*) dizem que as políticas de informação fornecem diretrizes para a concepção de uma estratégia e de programas voltados para o desenvolvimento e uso de recursos, serviços e sistemas de informação.

A partir da década de 1950, com o fim da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria, a informação passa a ser uma importante ferramenta nas decisões governamentais, e as políticas de informação ganham força e passam a ser discutidas. Em 1963, surge o relatório de Weinberg (*Weinberg Report*), sob responsabilidade do governo americano, que tratava sobre a transferência de informação científica; segundo o United States President’s Science and Advisory Committee, 1963 (*apud* GONZALEZ DE GÓMEZ, 2002:28) entre alguns dos principais fatos que sinalizam a constituição de um campo prático-discursivo diferenciado e relativamente autônomo das políticas de informação, cabe destacar o *Weinberg Report*.

Também na década de 1960 as agendas¹ internacionais estabelecidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) tratam da política de informação de forma a tornar o debate internacional evidente e cooperativo, para proporcionar e otimizar ao máximo o acesso e uso da informação, procurando incluir todos os países, principalmente aqueles em desenvolvimento.

Na década de 60, a UNESCO e o Conselho Internacional de Associações Científicas (ICSU) sugerem as bases do Sistema Mundial de Informação Científica e Tecnológica (UNISIST), discutidas nas XIV (1966) e XV (1968) Conferências Gerais da entidade. Em 1972, na XVII Conferência Geral da UNESCO, o programa intergovernamental UNISIST é lançado (JARDIM, 1995:35).

O UNISIST objetivava a cooperação entre os países, de forma voluntária, com relação ao uso da informação científica e como ferramenta para diminuir as desigualdades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Com a “explosão da informação” se reconheceu que o volume de informações exigia novas formas de lidar com a informação

¹ Agenda é uma coleção de problemas, interpretação de causas, símbolos, soluções, que atraem a atenção da população e gestores governamentais (BIRKLAND, 2007).

(produção, acesso e uso), e os sistemas precisavam se adaptar rapidamente para responder a este problema (JARDIM, 1995).

A partir da proposta do UNISIST, em 1974 ocorre a Conferência Intergovernamental sobre Planejamento de Infra-Estruturas Nacionais de Documentação, Bibliotecas e Arquivos, realizada em Paris, organizada pela UNESCO, de onde surgiram algumas recomendações, como os Sistemas Nacionais de Informação (NATIS). A conferência visava

analisar os conceitos gerais, resultantes das conclusões de conferências regionais sobre planejamento na América Latina, Ásia, África, Estados Árabes e definir diretrizes gerais da política e a metodologia do planejamento para aplicá-las aos serviços de documentação, bibliotecas e arquivos. (UNESCO,1975 *apud* JARDIM, 1995:37).

O conceito do NATIS visa o envolvimento dos governos de forma a maximizar a disponibilidade de todas as informações relevantes através de serviços de documentação, biblioteca e arquivos. Foi pensado para constituir todos os serviços que influenciam na difusão da informação, permitindo que todos os usuários recebam a informação procurada. Em 1980 ocorre o encontro em Virgínia, nos Estados Unidos, para debater o papel da informação na solução de problemas no processo de desenvolvimento econômico e social dos países; a partir de então, as ações do NATIS são absorvidas pelo UNISIST, que passa a ser o programa de informação da UNESCO.

Na década de 1990, a *internet* começa a alcançar a população em geral com o desenvolvimento do *World Wide Web* (www); por ser uma rede mundial de computadores, acaba por permitir a chamada “infra-estrutura global de informações”, um programa do governo dos EUA apresentado em 1994 na reunião da *International Telecommunication Union*, em Buenos Aires (GONZALEZ de GÓMEZ, 2002).

A partir de uma estrutura tecnológica, do crescimento da *internet*, da insatisfação dos atores envolvidos com o sistema de comunicação, surge o movimento de acesso aberto que foi consagrado no *Budapest OA Initiative* (2002), na *Bethesda Statement on Open Access Publishing* (2003) e na Declaração de Berlim sobre Acesso Aberto ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades (2003) – as três declarações juntas visam a promoção da comunicação científica. Nesse aspecto, Kuramoto (2009) destaca que o acesso aberto trata de algo “acessível em linha, acessível livre de custos, acessível imediatamente e acessível livre da maior parte das restrições relativas a direitos autorais e licenciamento”.

2.1. Políticas públicas de informação no Brasil

As políticas públicas de informação no Brasil iniciaram-se na década de 1950, com o desenvolvimento científico e tecnológico, com a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 1951 e com o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) em 1954, por meio de esforços da UNESCO, com a Fundação Getúlio Vargas. Durante a década de 1950, a UNESCO promoveu a instalação de centros nacionais de documentação em determinados países considerados subdesenvolvidos, o que ocasionou no governo brasileiro interesse pelo desenvolvimento da produção científica brasileira (LEMOS, 1986). Pode-se afirmar que a UNESCO, como uma referência mundial na constituição dos sistemas nacionais de informação nos países em desenvolvimento, apresentou elementos que nortearam políticas públicas de informação

na área de ciência e tecnologia no Brasil. O Brasil, que teve a representação da UNESCO estabelecida no país em 1964, é signatário de suas políticas de informação como UNISIST, por meio do IBICT.

Nos anos 1970, ocorrem mudanças nas atividades de ciência e tecnologia no país; alguns órgãos foram reorganizados, entre eles o IBBD, que passa a ser chamado de Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) com o propósito de coordenar as atividades de ciência e tecnologia no Brasil. Atualmente, o IBICT é o órgão de referência em transferência de tecnologias da informação.

Quanto ao movimento de acesso aberto, o Brasil adere oficialmente em setembro de 2005, por meio do IBICT, com o *Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica* e com a *Declaração de Apoio ao Acesso Aberto à Literatura Científica - Carta de São Paulo*, documento publicado em dezembro do mesmo ano.

O acesso aberto proporcionou a criação de repositórios institucionais por meio de incentivo e apoio do IBICT às universidades brasileiras, que receberam assistência técnica e kits compostos de estação de trabalho e com *softwares*. A seleção das universidades se deu através de editais cujo objetivo era “[...] dar condições (equipamentos, *software* e treinamentos) para a construção e implantação de RIs nas universidades e institutos de pesquisa públicos” (FRANÇA, 2015:142). E, ainda, disponibilizou serviços que colaboraram/colaboram com as implementações de RIs como o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) e o Sistema de Organização e Acompanhamento de Conferências (SOAC), ambos de 2003, e em 2004 o Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações (Tede).

Outra iniciativa importante para a difusão da produção acadêmica, e que de certa forma incentiva à implementação de repositórios, é a Portaria nº 13, de 15 de fevereiro de 2006, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)², que exige dos programas de pós-graduação que disponibilizem suas teses e dissertações em formato digital.

Atualmente, as políticas públicas de informação no Brasil contam com a Lei nº 12.527/2011 de acesso à informação (LAI), promulgada em 2012, que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Podemos dizer que é um mecanismo que possibilita maior transparência das atividades dos órgãos governamentais, sejam eles federais, estaduais ou municipais; dentro desse contexto, as universidades que devem oferecer, em sua interdisciplinaridade, a construção teórica orientadora, sendo o laboratório para o tratamento dos fluxos informacionais estruturados dos principais setores de informação do país, também devem seguir as premissas da lei em questão, disponibilizando suas informações (processos licitatórios, orçamentos, contratos, entre outros) e, principalmente, a sua produção científica, que pode ser disponibilizada por meio dos Repositórios Institucionais.

² Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC) do Brasil que atua na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados do país (CAPES, 2016).

3. Repositórios institucionais

Em meados de 1980, a crescente demanda de usuários pelos periódicos científicos soma-se à inviabilidade das bibliotecas universitárias americanas em manter suas coleções, em virtude da falta de financiamento para o valor cobrado pelas editoras que, a cada ano, se apresentava mais alto que a inflação e outros índices que medem a economia. Deu-se assim início à chamada crise dos periódicos (MUELLER, 2006). A partir desse contexto socioeconômico mundial, junto ao contexto tecnológico, permitiu-se o surgimento da ideia do movimento de acesso aberto (*open access*) às produções científicas.

Os Repositórios Institucionais surgem desse movimento, sua criação permite às instituições produtoras de pesquisa organizarem a produção científica de seus pesquisadores e disseminá-las de forma a melhorar a sua visibilidade. O Repositório Institucional de acesso aberto, para Costa e Leite (2006), é um serviço de informação científica em ambiente digital e interoperável dedicado ao gerenciamento da produção científica e/ou acadêmica de uma instituição, representado pela reunião, armazenamento, organização, preservação, recuperação e, sobretudo, a ampla disseminação da informação científica produzida na instituição.

Para Lynch (2003), um Repositório Institucional é um conjunto de serviços que uma universidade oferece aos membros da sua comunidade para a gestão e disseminação de materiais digitais criados pela instituição e os membros de sua comunidade. A criação de Repositórios Institucionais nas universidades federais brasileiras alinha-se às demandas da sociedade, pois possibilitam a transparência do que está sendo produzido quanto à informação científica por meio do acesso aberto, e ainda permitem:

- Aumentar a visibilidade e o impacto das publicações dos pesquisadores de uma instituição;
- Promover o acesso à produção científica e intelectual de uma instituição;
- Preservar a produção científica e intelectual de uma instituição;
- Ser um instrumento de coleta e organização da produção científica e intelectual de uma instituição;
- Melhorar os processos de comunicação científica;
- Oferecer insumo para monitoramento da produção científica de uma instituição (CROW, 2002; LYNCH, 2003; BARTON, 2004; BAILEY JR., 2006; LEITE, 2009 *apud* COSTA, 2014:63).

A implantação de Repositórios Institucionais, segundo Marcondes e Sayão (2009), trata do reconhecimento de que as atividades acadêmicas e intelectuais das agências de pesquisa e universidades estão progressivamente representadas, documentadas e compartilhadas em formato digital.

Com o Repositório Institucional, o pesquisador tem a possibilidade de disponibilizar as suas produções científicas e ter acesso a outras pesquisas realizadas por outros pesquisadores, ampliando sua capacidade de geração de novos conhecimentos. Essa tendência se consolida mundialmente e amplia, exponencialmente, a criação de

repositórios interoperáveis nacionais e estrangeiros, facilitando sobremaneira os processos burocráticos de uma instituição de nível superior (KURAMOTO, 2005).

Nesse contexto, a implementação de Repositórios Institucionais em universidades está condicionada a diversos fatores, dentre eles, a política de informação nacional e institucional.

4. Procedimentos metodológicos

Nesta pesquisa, procurou-se apresentar as políticas de informação brasileira e definições sobre os repositórios, relacionando sua contribuição para a expansão dos RIs nas universidades federais. Para tanto, este estudo tem como método, o método histórico-descritivo, apoiado na pesquisa bibliográfica para contextualizar a temática em questão, sendo a pesquisa de cunho quanti-qualitativo.

A pesquisa baseou-se na visita ao endereço eletrônico das 64 universidades federais brasileiras que foram identificadas no site do Ministério da Educação (MEC) e, posteriormente, efetuou-se o levantamento da existência dos repositórios nas universidades federais, por consulta na internet, através dos endereços eletrônicos das universidades, *web site* do IBICT, dos diretórios do Registry of Open Access Repositories (ROAR) e do Directory of Open Access Repositories (OpenDOAR), no período de 25 de abril a 28 de maio de 2017.

Para a fundamentação teórica desta pesquisa, procurou-se utilizar a literatura produzida pelos especialistas da área. Quanto à seleção de materiais, utilizou-se de bases de dados *on-line* de periódicos na área da ciência da Informação, páginas *web* e repositórios de variadas universidades para a consulta a artigos, dissertações, teses.

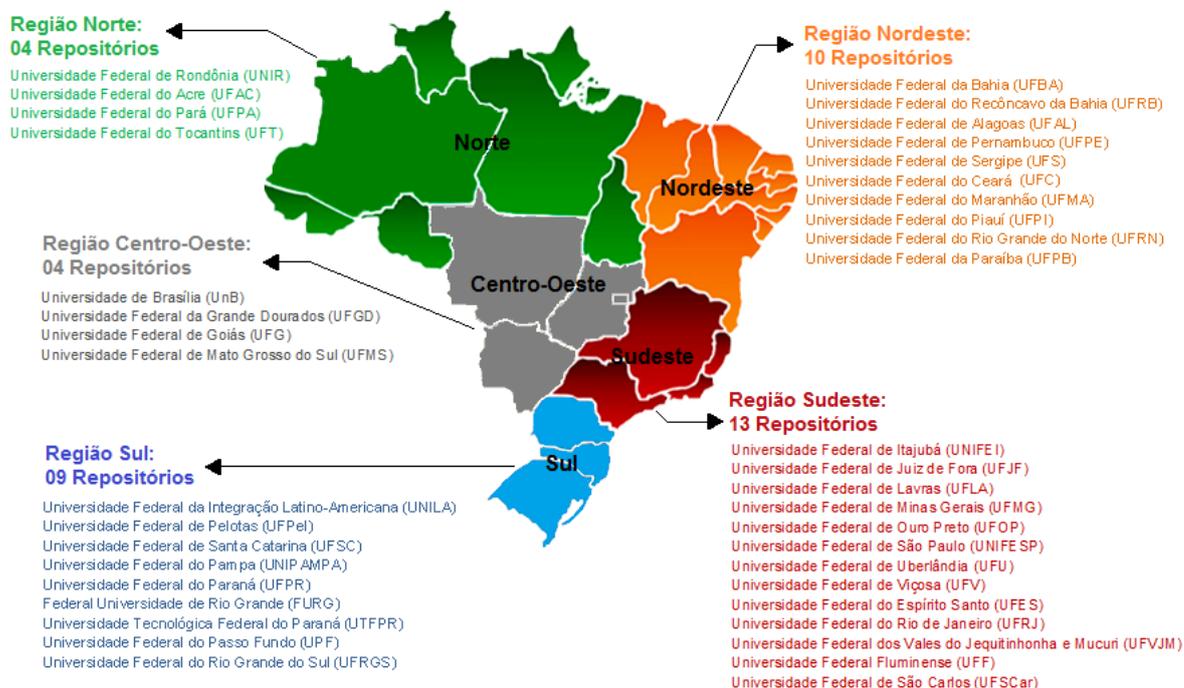
5. Análises e discussões parciais

Atualmente, o Brasil possui 64 universidades federais³ distribuídas da seguinte forma: Nordeste, 18 universidades; Norte, 10 universidades; Sudeste, 19 universidades; Sul, 12 universidades e Centro-oeste, 5 universidades. Identificou-se em seus *websites* que 62,5% (n=40) possuem repositórios e 37,5% (n=24) não possuem repositórios.

O Mapa 1 mostra e nomeia todas as universidades que possuem repositórios e sua distribuição por regiões.

³ Fonte: <http://emec.mec.gov.br>

Mapa 1 – Universidades federais brasileiras com repositórios



Fonte: Elaborado pelos autores⁴

Por meio da tabela 1, identifica-se o número total de universidades por regiões e os repositórios implantados.

Tabela 1 – Regiões brasileiras com repositórios

Regiões	Universidades	Repositórios	%
Centro-Oeste	05	04	80%
Nordeste	18	10	55,5%
Norte	10	04	4%
Sudeste	19	13	68,5%
Sul	12	09	75%

Fonte: Elaborado pelos autores

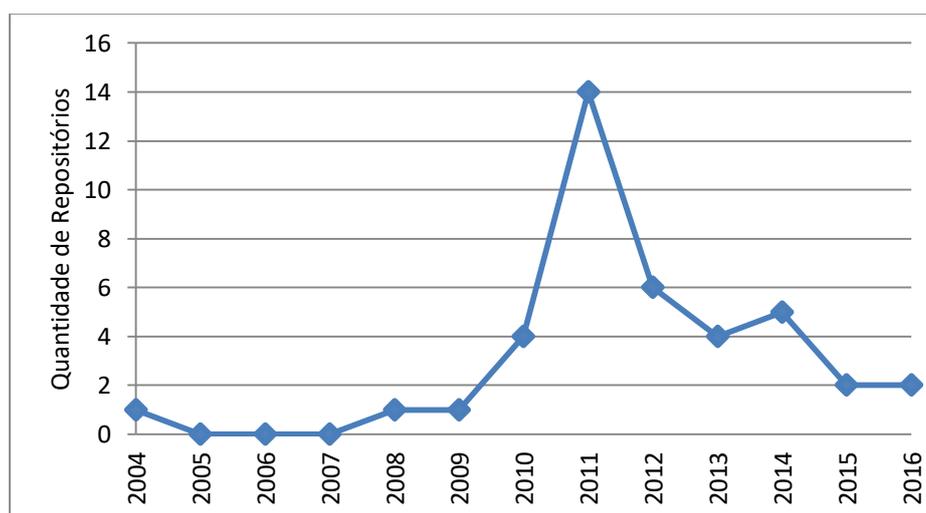
Na região Centro-Oeste, 80% (n=4 de 5) das universidades implantaram repositórios, e na região Sul 75% (n=9 de 12). Os números demonstram que as duas regiões estão alinhadas com as diretrizes do movimento de acesso aberto que no Brasil tem sido representado pelas políticas públicas de informação apresentadas neste trabalho.

⁴ Fontes: <http://www.ibict.br/>; <http://roar.eprints.org/> e <http://www.opendoar.org/>

Na região Sudeste, 68.5% (n=13 de 19) das universidades federais possuem repositórios, ou seja, mais da metade das universidades possuem repositórios, isto representa uma certa aderência às políticas públicas de informação brasileiras. No entanto, ocupa o primeiro lugar em número de universidades e a terceira posição em números de repositórios. É necessário um trabalho nessa região junto às universidades que ainda não implantaram repositórios, para que se fortaleçam como instituição, dêem visibilidade à sua produção científica organizada e permitam à sociedade conhecer a ciência que está sendo produzida.

O Nordeste, com 55.5% (n=10 de 18) de repositórios implantados, é a região com grande número de universidades, ficando atrás apenas do Sudeste; no entanto, ocupa o penúltimo lugar em implantações de repositórios. O Norte, com uma adesão à implantação de repositórios ainda menor, de apenas 40% (n=4 de 10). Essas duas regiões, certamente, possuem menor visibilidade quanto às suas produções científicas em virtude de não possuírem repositórios.

Gráfico 1 – Implantação de repositórios das universidades federais brasileiras



Fonte: Elaborado pelos autores

O gráfico permite observar que, de 2004 a 2009, o número de repositórios nas universidades federais brasileiras não era expressivo; no entanto, o país já contava com o *Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica*, a *Declaração de Apoio ao Acesso Aberto à Literatura Científica – Carta de São Paulo* e a Portaria nº 13 da CAPES, demonstrando que tiveram pouca efetividade, nesse período, em motivar às universidades para que implantassem seus repositórios.

O destaque positivo quanto às implantações de repositórios é observado nos anos de 2011 a 2012, que apresenta relação com o edital lançado pelo IBICT, em 2009, que contemplou 18 universidades federais com kits que incentivavam a implantação de repositórios; pode-se presumir que foi uma política de muito êxito para a expansão desses repositórios, pois, de um total de 40 repositórios implantados, o edital foi responsável por 45% desse montante.

As políticas de informação no Brasil, em um primeiro momento, não se mostram eficazes na expansão de repositórios, até por ser um assunto novo para a época; no entanto, com o decorrer dos anos, as políticas foram ampliadas, colaborando com a ciência brasileira no incentivo direto e indireto à implantação de repositórios.

As políticas públicas de informação brasileira foram se complementando ao longo dos anos, mas há a necessidade de outros mecanismos não contemplados nas políticas existentes que ajudem na expansão dos repositórios, visto que 37,5% das universidades federais ainda não possuem repositórios; e ainda é acompanhado de uma queda na expansão no período de 2015 à 2016, conforme o gráfico 1.

6. Considerações finais

A inexistência de repositórios em algumas universidades federais brasileiras, após 12 anos do primeiro manifesto de apoio ao movimento de acesso aberto, pode ser um alerta da necessidade de maior e melhor mobilização para a mudança desse quadro.

Verificou-se que as políticas públicas de informação existentes no Brasil abarcam os repositórios e são lideradas pelo IBICT. Foi possível identificar ações como a lei de acesso aberto, a Portaria nº 13 da CAPES, o Edital aberto pelo IBICT, em 2009, que resultou em 18 universidades contempladas, e os manifestos e cartas a favor do acesso aberto. Essas ações possibilitam afirmar que as políticas de informação brasileira contribuem para a expansão dos repositórios nas universidades federais; porém, 37.5% das universidades federais ainda não possuem seus repositórios. Algumas disparidades foram identificadas entre as regiões quanto à expansão dos repositórios: o Centro-Oeste e Sul contam com mais de 70%; a região Sudeste possui mais de 65%, o Nordeste com 55% e o Norte com menos de 50%. Os dados demonstram que algumas regiões não estão acompanhando essa expansão, e podem necessitar de políticas específicas, visto a enormidade do país com condições infra-estruturais e tecnológicas diferentes. Também se devem considerar a discussão e a possibilidade de políticas públicas de informação com mecanismos legais que exijam a implantação de repositórios em universidades federais públicas. Nesse sentido, há um Projeto de Lei do Senado 387/2011 (PLS 387/2011), cujo conteúdo é obrigar as instituições de educação superior de caráter público, bem com as unidades de pesquisa, a construir repositórios institucionais de acesso livre.

Por fim, ressalta-se que a legislação brasileira contempla o direito à informação, direito este que é público, um direito de todos os cidadãos. Neste contexto, é importante a continuidade da expansão dos repositórios nas universidades federais aderindo às políticas de informação do país, pois devem se caracterizar como facilitadoras da divulgação de informação científica, lembrando que informação e conhecimento possuem papéis estratégicos para a sociedade.

Referências bibliográficas

ANGLADA, Luís

2014 De qué hablamos cuando hablamos de políticas de información. *El Profesional de La Información*. 23:2 (2014) 105-111.

BAPTISTA, Ana Alice [et al.]

2007 Comunicação científica: o papel da Open Archives Initiative no contexto do Acesso Livre. *Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Nº especial (2007) 1-17.

BIRKLAND, T. A.

2007 Agenda setting in public policy. In *Handbook of public policy analysis: theory, politics and methods*. New York: Taylor and Francis Group, 2007, p. 63-78.

CAPES

[201-] *Portal Capes*. [Em linha]. Brasília: [s. n. : 201-]. [Consult. 1 mar. 2017].
Disponível em: <http://www.capes.gov.br/>.

CHAUÍ, Marilena

2000 *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

COSTA, Michelli Pereira da

2014 *Características e contribuições da via verde para o acesso aberto à informação científica na América Latina*. Brasília, 2014.
Dissertação de mestrado.

COSTA, S.; LEITE, F. C. L.

2006 Repositórios institucionais: potencial para maximizar o acesso e impacto da pesquisa em universidades. In CONFERÊNCIA IBEROAMERICANA DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA, 1ª, Brasília, 2006, – *Anais*. Brasília: Universidade de Brasília, 2006, p. 1-10.

DYE, Thomas D.

1984 *Understanding public policy*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1984.

FRANÇA, Maira Nani

2015 *Gestão em bibliotecas universitárias públicas: um enfoque tecnológico*. Uberlândia, 2015. 202p.
Dissertação de mestrado.

GONZÁLEZ DE GÒMEZ, M. N.

2002 Novos cenários políticos para a informação. *Ciência da Informação*. 31:1 (2002) 27-40.

JARDIM, José Maria

1995 *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niterói : EDUFF, 1995.

KURAMOTO, H.

2009 *Acesso livre: maximizando a visibilidade da pesquisa e dos pesquisadores: palestra Magna apresentada no III Seminário em Ciência da Informação, Tendências para a organização e compartilhamento da informação*. [Em linha]. Brasília, 2009. [Consult. 27 abr. 2017].
Disponível em: <http://kuramoto.blog.br>.

KURAMOTO, H.

2005 *IBICT estimula adoção dos open archives no Brasil*. [Em linha] 2005. [Consult. 10 jan. 2017].

Disponível em: <http://www.ibict.br/noticia.php?id=148>.

LASWELL, H. D.

1936 *Politics: who gets what, when, how*. New York: McGraw Hill, 1936.

LEITE, F. [et al.]

2012 *Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia : boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica*. [Em linha]. Brasília: IBICT, 2012. [Consult. 23 abr. 2017].

Disponível em:

<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/703/1/Boas%20pr%C3%A1ticas%20para%20a%20constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20reposit%C3%B3rios%20institucionais%20da%20produ%C3%A7%C3%A3o%20cient%C3%ADfica.pdf>.

LEMOS, Antônio Agenor Briquet de

1986 Planejamento e coordenação da informação científica e tecnológica no Brasil. *Ciência da Informação*. 15:2 (1986) 107-115.

LYNCH, C. A.

2003 Institutional repositories: essential infrastructure for scholarship in the digital age. *ARL Bimonthly Report*. [Em linha] 226 (2003) 1-7. [Consult. 23 maio 2017].

Disponível em: <http://old.arl.org/resources/pubs/br/br226/br226ir~print.shtml>.

LYNN, L. E.

1980 *Designing public policy: a casebook on the role of policy analysis*. Santa Monica: Goodyear, 1980.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luís Fernando

2009 Introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In *Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação*. Salvador: Edufba, 2009, p. 9-22.

MARQUES, R. M.; PINHEIRO, M. M. K.

2008 Política de informação no Brasil: mercado informacional versus diversidade cultural: uma análise sob a ótica da legislação de telecomunicações e radiodifusão. In *ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9º*, São Paulo, 2008 – *Anais*. [Em linha]. São Paulo: USP, 2008. [Consult. 14 fev. 2017].

Disponível em : <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3075/2201>.

MUELLER, S. P. M.

2006 A Comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. *Ciência da Informação*. [Em linha] 35:2 (2006) 27-38. [Consult. 27 abr. 2017].

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652006000200004&lng=en&nrm=iso.

PATTON, C. V.; SAWICKI, D. S.

1986 *Basic methods of policy analysis and planning*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1986.

PETERS, B. G.

1986 *American public policy*. Chatham, N.J.: Chatham House, 1986.

SEBASTIÁN, Mercedes Caridad; RODRÍGUEZ, Eva M Méndez; MATEOS, David Rodríguez

2000 La Necesidad de políticas de información ante la nueva sociedad globalizada : el caso español. *Ciência da Informação*. 29:2 (2000) 22-36.

SECCHI, Leonardo

2014 *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

Alex Silva Rodrigues | alex_silvar@yahoo.com.br

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil

Cláudio Marcondes de Castro Filho | claudiomarcondes@ffclrp.usp.br

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Brasil